

Universidade de Brasília (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (Face)  
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)  
Bacharelado em Ciências Contábeis

Carolina de Almeida Boaventura

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Um estudo sobre sua influência nas decisões de consumo e investimento de alunos do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília

Brasília (DF)  
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva  
Vice-reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva  
Coordenador de Pós-Graduação do curso Ciências Contábeis

Professor Doutor José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto  
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade,  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Carolina de Almeida Boaventura

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Um estudo sobre sua influência nas decisões de consumo e investimento de alunos do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:  
Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Brasília (DF)  
2018

BOAVENTURA, Carolina de Almeida.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Um estudo sobre sua influência nas decisões de consumo e investimentos de alunos do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília / Carolina de Almeida Boaventura - Brasília, 2018. 41 p.

Orientador (a): Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 1º Semestre letivo de 2018.

Bibliografia.

1. Educação Financeira. 2. Decisões Financeiras. 3. Curso de Ciências Contábeis. 4. Universidade de Brasília. I. II. Universidade de Brasília. Curso Ciências Contábeis. III. Título

Deus, pois sem Ele nada disso seria possível.  
Aos meus pais que sempre me apoiaram e acreditaram na minha capacidade.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Danielle Montenegro pela excelente postura, por sempre estar disposta a ajudar e me acalmar nos momentos de desespero.

Ao departamento de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília e aos professores José Humberto, Rodrigo Gonçalves, Mariana Guerra e Jomar Rodrigues pela colaboração na aplicação virtual do questionário aos alunos de graduação do curso.

À todos os alunos de graduação do curso de Ciências Contábeis da UNB que tiraram um momento do seu tempo para responder ao questionário e colaborar com a pesquisa.

Aos meus pais pelo apoio constante e colaboração da forma que foi possível.

À todos os meus amigos de curso, Amanda Bárbaro, Beatriz Rodrigues, Luana Paiva, Lucas Pitta, Manuela Zago e Tainara Cruz, que me acompanharam durante esta jornada. Em especial ao meu amigo Gabriel Pimenta Martins pelo companheirismo, por enfrentarmos juntos essa fase, por estar ao meu lado em todos os momentos de desespero e também compartilhando as alegrias, e por sempre me ajudar a pensar que tudo daria certo no final, sem você tudo teria sido mais difícil.

Às minhas amigas de trabalho, Gabriela Carolina e Shirley Fernandes, por aguentarem todos os dias os meus momentos de desespero, me apoiar e me motivar sempre dizendo que tudo daria certo no final.

À todos que, de alguma forma, colaboraram para o sucesso deste trabalho.

## RESUMO

A preparação das pessoas para lidar com situações práticas relacionadas às finanças pessoais é um dos principais objetivos da Educação Financeira. O endividamento, muitas vezes, é feito a fim de se antecipar a compra de um bem ou serviço para o uso imediato. Em 2014, a economia brasileira entrou em recessão acarretando uma onda de demissões. Nesse cenário, muitos cidadãos se viram sem emprego e sem ter como pagar suas dívidas no longo prazo, entrando na faixa de inadimplência, esta questão está diretamente ligada à educação financeira, uma vez que decisões erradas por falta de conhecimento sobre finanças podem acarretar em endividamento excessivo. Nesse contexto, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a relação entre os conhecimentos de finanças pessoais dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, o nível de endividamento desses alunos, e suas decisões de investimento e consumo. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário adaptado de Lucci *et al* (2006) e Amadeu (2009) aos alunos de ciências contábeis da Universidade de Brasília, tendo sido obtida uma amostra de 199 respondentes. Dentre os resultados obtidos, observou-se que o conhecimento financeiro dos alunos influenciou positivamente nas respostas sobre as atitudes financeiras em situações hipotéticas, mesmo que não tenha sido possível mensurar a quantidade de conhecimento sobre finanças adquirido ao longo do curso.

**Palavras-Chave:** Educação Financeira. Decisões Financeiras. Curso de Ciências Contábeis. Universidade de Brasília.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	10
<b>2.1 Endividamento</b> .....	10
<b>2.2 Educação Financeira</b> .....	13
<b>2.3 Trabalhos Anteriores</b> .....	15
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	17
<b>4 RESULTADOS E ANÁLISE</b> .....	19
<b>4.1 Perfil Socioeconômico</b> .....	19
<b>4.2 Importância da Disciplina Educação Financeira</b> .....	21
<b>4.3 Nível de Conhecimento sobre os Conceitos Básicos de Educação Financeira</b> .....	23
<b>4.4 Atitudes Financeiras em Situações Hipotéticas</b> .....	28
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	33
<b>APÊNDICE – Questionário aplicado</b> .....	37



## 1 INTRODUÇÃO

Segundo o Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, endividamento é o simples fato de endividar ou se endividar, ou seja, contrair dívidas, firmar obrigações financeiras futuras. Para o Observatório de Endividamento dos Consumidores (OEC) do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, este é definido como um saldo devedor de um indivíduo, sendo passível de resultar de uma ou mais dívidas ao mesmo tempo, nesse último caso intitula-se multi-endividamento (OEC, 2002).

Muitas pessoas se endividam no futuro a fim de adiantar um benefício, ou seja, o uso imediato de algum produto ou serviço. Percebe-se que essa propensão à antecipação da recompensa depende do conhecimento financeiro, de atitudes diante da vida e de utilização do crédito, atitudes que levam facilmente ao sobre endividamento. (LIMA, 2016). Embora o endividamento em si não represente necessariamente um problema, ele pode levar ao sobre-endividamento (GONÇALVES, 2016). De acordo com o OEC (2002), este ocorre quando o devedor se encontra em uma posição de impossibilidade de pagamento de uma ou mais de uma dívida simultaneamente, ou ainda, mesmo que o devedor não deixe de cumprir seus compromissos, o faz com dificuldade.

Em meados de 2010, a economia brasileira cresceu 7,6%, em um cenário onde os níveis de desemprego, desigualdade e pobreza diminuíram, os salários aumentaram, levando a ascensão da classe média baixa (classe C) e a um aumento considerável no consumo. Contudo, em 2014, a economia brasileira entrou em recessão acarretando uma onda de demissões. Nessa circunstância, muitos cidadãos se viram sem emprego e sem ter como pagar suas dívidas no longo prazo, entrando na faixa de inadimplência. (MENDES, 2015)

De fato, de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de 2017, 62,2% famílias estavam endividadas, percentual superior aos 59% observados em 2016. Já as famílias inadimplentes, ou seja, aquelas com contas ou dívidas em atraso, era de 25,7%, porcentagem acima dos 24% apurados em 2016. Ainda, as famílias entrevistadas que declararam não ter condições de quitar as dívidas em atraso era de 9,7%, 0,6 ponto percentual acima do observado em 2016. (CNC, 2017)

De acordo com a mais recente pesquisa sobre o endividamento e consumo dos consumidores, PEIC de março de 2018, a inadimplência é justificada pela grande maioria dos

entrevistados pela perda de emprego, já que sem a renda fixa mensal torna-se complicado conciliar as despesas com o dinheiro disponível para pagá-las. Nesse caso, os inadimplentes optam por pagar contas de consumo, como água, luz, TV por assinatura, aluguel, telefone, entre outras, levando à inadimplência naquelas ligadas a créditos bancários ou ao consumo de bens materiais supérfluos como vestuários e aparelhos eletrônicos (CNC, 2018a). Isso ocorre porque mesmo que as dívidas relacionadas a crédito bancário possuam taxas de juros maiores, o não pagamento das contas básicas pode acarretar o desligamento do serviço, levando parte da população a optar pelo pagamento primeiro destas contas.

Dentro deste cenário pode-se ressaltar a importância da educação financeira, em auxiliar o cidadão a tomar melhores decisões de consumo e investimento, evitando que o mesmo entre em uma situação de sobre-endividamento. Além disso, também pode ajudar as pessoas que já se encontram nesta situação financeira a encontrarem um meio de sair desse cenário. Nesse sentido, PIRES (2006) assevera que é necessário um planejamento financeiro, um conhecimento básico que se torna crucial na hora de administrar a renda.

No Brasil, as iniciativas quanto à inserção dessa disciplina na grade curricular são muito recentes com a constituição, em 2010, de um grupo específico para a inserção da educação financeira nas escolas (BRASIL, 2010). Embora a iniciativa seja extremamente relevante, seus resultados podem demorar a aparecer, visto que os alunos que terão acesso à educação financeira ainda demorarão um tempo para entrar na vida adulta e efetivamente tomar decisões financeiras.

No que tange ao ensino superior, dificilmente um curso que não é diretamente ligado a área de negócios, como os cursos de economia, administração e contabilidade, possui disciplinas na grade curricular relacionadas ao tema educação financeira. E mesmo nos cursos relacionados à área de negócios, como é o caso do curso de Ciências Contábeis, as disciplinas têm como enfoque as decisões de investimento e financeiras de uma empresa e não o enfoque da administração das próprias finanças.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre os conhecimentos de finanças pessoais dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, o nível de endividamento desses alunos, e suas decisões de investimento e consumo.

Para melhor entendimento e esclarecimento, este trabalho está estruturado em quatro capítulos além dessa introdução. No segundo capítulo, Referencial Teórico, são discutidos os

conceitos de endividamento, a educação financeira em si e como o Brasil está lidando com a questão da inserção da educação financeira na base curricular das escolas. No terceiro capítulo, Procedimentos Metodológicos, são apresentados o instrumento de coleta de dados, bem como o público alvo da pesquisa. No quarto capítulo é realizada a análise dos dados coletados, e no quinto e último capítulo são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Endividamento

Em pesquisa realizada no ano de 2016, o Serviço de Proteção de Crédito - SPC mostrou que uma boa porcentagem dos brasileiros possui uma ideia equivocada sobre o que é estar endividado. Em geral as pessoas acham que ter dívidas é ter contas em atraso ou mesmo ter o nome “sujo” no SPC. Contudo, o simples fato de ter alguma parcela para pagar referente a uma compra a prazo e/ou empréstimos obtidos, mesmo que a parcela ainda não tenha vencido, já configura um endividamento. A ideia é que uma vez que se faz uma compra parcelada, o consumidor está assumindo uma dívida, logo já é considerado endividado. O grande risco de não considerar compras a prazo, de fato, uma dívida, é sustentar a ideia de que despesas a longo prazo são a melhor opção, e a partir de uma quantidade exacerbada de parcelas, haver o descontrole e levar a um prejuízo geral nas finanças pessoais, ou familiares. (CNC; SPC, 2016)

Gonçalves (2016) assegura que há um limite para as obrigações usualmente contraídas pelo indivíduo (o endividamento), para não ser caracterizada como um problema. Em um estudo realizado no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 2000, define-se endividamento como o saldo devedor do indivíduo, podendo este resultar de apenas uma dívida ou mais ao mesmo tempo, o que traz o termo multi-endividamento (MARQUES; FRADE, 2000).

De acordo com o referido estudo, “[...] normalmente, as instituições financeiras consideram que há não cumprimento ao fim de três prestações em atraso e não cumprimento definitivo quando se esgotam as possibilidades de renegociação e se inicia a ação judicial.” (MARQUES; FRADE, 2000, p. 04). O não cumprimento, no entanto, não significa que o devedor não tenha capacidade de honrar a dívida, podendo ser decorrente de uma decisão puramente oportunista por parte do tomador que, avaliando o custo-benefício da decisão de não pagar, chega à conclusão que é mais vantajoso não pagar a dívida (MARQUES; FRADE, 2000).

É importante ter em mente que o descontrole nas dívidas de longo prazo, leva ao sobre-endividamento. Este conceito é trazido pelo Observatório de Endividamento dos

Consumidores (OEC), que diz que o acúmulo de parcelas a pagar pode levar ao descontrole da quantidade de renda passível para esses pagamentos, levando o indivíduo e seus familiares, em nível psicológico e social, a exclusão e marginalização social, perturbações dentro da família, ou até a dissolução desta (OEC, 2002).

O sobre-endividamento pode ser ativo ou passivo. O sobre-endividamento ativo ocorre quando o indivíduo tomou alguma atitude que o levou a estar nessa situação, como o consumo exacerbado, participando ativamente do fato de o colocar impossibilitado de pagar as dívidas. Enquanto o passivo trata-se de situações não previsíveis que afetam de forma severa a capacidade de pagamento do devedor, colocando-o em impossibilidade de cumprir com a obrigação de pagar. (MARQUES; FRADE, 2017)

De fato, o que ocorre é que o sobre-endividamento do indivíduo pode levá-lo a situação de inadimplência, ou seja, a falta de cumprimento de uma obrigação, nesse caso, financeira. Segundo Peixoto (2009, p. 10), “a inadimplência pode ser definida como o não pagamento, até a data de vencimento, de um compromisso financeiro, quando feita negociação de prazo entre as partes, para a aquisição de bens duráveis ou não-duráveis, ou prestação de serviços, devidamente executados.”.

Na situação de inadimplência, o indivíduo pode ter o seu nome negativado, sendo privado de realizar novas aquisições a prazo, de qualquer natureza. Em pesquisa realizada no ano de 2017, pelo SPC e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), foi traçado o perfil da inadimplência no Brasil. A crise econômica fez com que as instituições financeiras aumentassem o rigor dos critérios apontados para se conceder empréstimos e as famílias também diminuíram a disposição para realizar empréstimos, pois o consumo tem sido forçosamente freado. A pesquisa mostra que mesmo diante desse cenário, o número de reincidentes na inadimplência aumentou. Observou-se que indivíduos com problemas financeiros dão prioridades às contas primordiais, como água e luz, aluguel e telefone. As contas que mais apontam o descumprimento da obrigação financeira são as relacionadas a créditos bancários, onde o prolongamento da dívida traz encargos financeiros muito maiores se comparados às contas básicas de consumo, tornando assim, a situação cada vez mais crítica (CNDL; SPC, 2016).

De acordo com o referido estudo, a principal causa da inadimplência é a perda de emprego, seguida por diminuição da renda e pela falta de controle financeiro. Os aumentos nos preços das mercadorias aliados ao não aumento da renda dos consumidores em geral,

levou a um desequilíbrio das finanças, o que facilita o descontrole na hora de conciliar o que se precisa com o que se pode consumir. Essa situação fica mais evidente quando observados os resultados da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC Nacional), realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) com mais de 18 mil consumidores dos 26 estados e do Distrito Federal. Em fevereiro de 2018, a pesquisa apontou um aumento no percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro, alcançando 61,2% do total de famílias pesquisadas, percentual superior aos 58,7% observados em fevereiro de 2017 (CNC, 2018b).

Já em relação ao percentual de famílias que relatam não ter condições de pagar suas dívidas ou contas e que, portanto, continuaria inadimplente, esse percentual passou de 9,5% em janeiro de 2018 para 9,7% em fevereiro do mesmo ano, um aumento de 0,2 ponto percentual em um mês, apresentando, porém, uma queda em relação aos 10,2% de fevereiro de 2017. A pesquisa aponta que o desemprego como principal razão para a dificuldade das famílias em pagar suas contas e dívidas em dia, entretanto, a perspectiva em relação à capacidade de pagamento das dívidas já apresenta uma melhora em relação ao ano anterior, já que um percentual menor de famílias declarou não ter perspectiva de quitar as dívidas em atraso. Outra preocupação diz respeito ao tipo de dívida, de acordo com a PEIC de fevereiro de 2018, o cartão de crédito foi apontado como um dos principais tipos de dívida pela maioria das famílias pesquisadas, mesmo sendo esta uma dívida que envolve pesados encargos financeiros. (CNC, 2018b)

Para chegar à compreensão do que representa o endividamento dos cidadãos se faz necessário elucidar a representatividade do crédito e as facilidades bancárias proporcionadas aos cidadãos, tendo em vista que são fatores que estão diretamente ligados ao endividamento numa perspectiva total. A partir disso pode-se concluir que saber como controlar a renda disponível é extremamente necessário para que não haja problemas financeiros graves, que levam até a problemas familiares e sociais. (BRASIL/ENEF, 2017).

As decisões quanto às finanças pessoais devem ser feitas de forma consciente, onde se deve observar que o controle das finanças não está integralmente ligado a um sacrifício. O importante é trabalhar o conhecimento e saber lidar da melhor forma com o uso das finanças disponíveis. Trabalhar mais quando se deseja o lazer, ou consumir menos a fim de quitar alguma dívida, ou até mesmo adiar uma compra alta a fim de economizar com o tempo e não

optar pelo parcelamento são algumas decisões que trazem um benefício futuro. Dominar tais técnicas e ideais de gestão ajuda o indivíduo a controlar melhor seu dinheiro, e assim ter um melhor aproveitamento de sua renda. (PIRES; VALDEMIR, 2006). Nessa linha, Claudino, Nunes e Silva (2009) asseveram que diferente de poupar, investir não se trata apenas de abrir mão de consumir no presente para consumir no futuro, investir diz respeito a um conceito mais abrangente que é o de ser remunerado pela poupança feita hoje a fim de atingir um montante desejado no futuro.

## **2.2 Educação Financeira**

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, dispõe que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Tem-se, então, que a responsabilidade do Estado quanto à educação não se limita ao ensino de matérias como matemática, física e química, mas consiste na preparação plena da pessoa para a vida adulta, inclusive no que tange à sua capacidade de lidar com suas finanças.

Nesse sentido, Bittencout (2004) assevera que a educação financeira é fundamental para que o ser humano atinja as suas aspirações, uma vez que permite ao ser humano escolher o melhor para si dentre as alternativas disponíveis. Ainda diz que a Educação Financeira pode atuar diretamente nas questões pessoais e sociais, contribuindo para formar uma cultura de planejamento de vida, financeiramente falando.

De acordo com a OCDE (2005, p. 25), a educação financeira é

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

Embora a preocupação com a formação completa da pessoa remonte pelo menos a 1988, foi somente após a crise que atingiu a economia mundial em 2008 que o tema educação financeira ganhou força no âmbito da política nacional, impulsionando a ideia de inserção

desse tema na base curricular de estudos no Brasil. A primeira iniciativa concreta sobre tal inserção veio com o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que diz, em seu artigo 1º, que:

Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. (BRASIL, 2010)

Com o intuito de colocar em prática a referida estratégia, foi criado o CONEF – Comitê Nacional de Educação Financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, como objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o GAP – Grupo de Apoio Pedagógico, também vinculado ao Ministério da Fazenda, para assessorar o CONEF quanto aos aspectos pedagógicos relacionados com a educação financeira e previdenciária. (BRASIL, 2010)

Ainda, entre os anos de 2010 e 2011, foram selecionadas por volta de 900 escolas públicas de ensino médio pelo país para participar do programa-piloto de inserção da Educação Financeira na - Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas regiões norte, nordeste, sudeste e centro-oeste, em seguida, pela região sul em 2015, para avaliar o impacto do uso do material didático produzido, obtendo resultados satisfatórios. (AMORIM, 2016)

Houve cursos de capacitação para os professores que aderiram ao programa para prepará-los para transmitir aos alunos em sala de aula tal conhecimento. O MEC licitou e imprimiu os livros sobre Educação Financeira para o ensino médio. Como estratégias para promover o ENEF, o CONEF teve a iniciativa de produzir a Semana Nacional de Educação Financeira que ocorre uma vez por ano desde 2014, onde por uma semana, são promovidas diversas ações gratuitas de educação financeira, projeto realizado em várias cidades de diversas regiões do país. A 5ª Semana Nacional de Educação Financeira ocorreu de 14 a 20 de maio em Brasília. (AMORIM, 2016)

Segundo documento de instituição do ENEF, o projeto visa atingir um grande número de pessoas, entre alunos, professores e suas respectivas famílias. Visando a formação de indivíduos consumam, saibam poupar e poupem, e invistam de forma responsável, o que acarreta o desenvolvimento do país. Devendo ser trabalhada de forma interdisciplinar visando ajudar as pessoas a tornarem reais seus sonhos individuais e coletivos, numa visão consumista do assunto. (RASCHEN, 2016)

Em 2017, o programa de instituição da educação financeira nas escolas entrou em nova fase, onde se procura a instrução e treinamento adequados de professores e participação de



algumas universidades parceiras. Com o foco no incentivo de formas digitais para estudo e aferição do conhecimento adquirido, além da forma tradicional com livros. Além disso, afirma o presidente da AEF – Brasil, Associação de Educação Financeira do Brasil, Murilo Portugal, “[...] estamos considerando transformar o conteúdo didático dos livros desenvolvidos pelo programa em jogos eletrônicos como forma de atrair mais a atenção dos jovens”. (AEF BRASIL, 2017). Enfim, a partir destas análises se pode observar que a instituição da educação financeira no currículo base dos brasileiros anda a passos curtos e ainda está em processo de formação para ter de fato sua implantação nas escolas.

### **2.3 Trabalhos Anteriores**

Em 2006, Lucci, Zerrenner, Verrone e Santos realizaram um estudo sobre a influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. A pesquisa foi realizada com alunos de graduação em Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Independente do Butatã, por meio da aplicação de um questionário. Os resultados evidenciaram que o conhecimento sobre finanças aprendidos na universidade influenciou positivamente a qualidade das decisões financeiras tomadas. Contudo, uma limitação encontrada pelos pesquisadores foi a dificuldade de mensurar a fração da educação financeira que decorre das disciplinas cursadas na graduação, seja por meio de questões ou de resultados já obtidos anteriormente. (LUCCI *et al*, 2006)

Já Amadeu (2009) desenvolveu uma pesquisa onde visava apresentar um plano de ensino da disciplina Educação Financeira a fim de trazer o assunto de inserção desta na matriz curricular, e ainda responder a questão sobre a influência de tal educação nas decisões de consumo e investimento de alunos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Economia e Matemática da Universidade Estadual Norte do Paraná – Campus FAFICOP, cursos estes que matérias relacionadas a finanças em sua grade curricular. Os resultados demonstraram que os conhecimentos sobre finanças aprendidos durante a graduação influenciam positivamente nas decisões financeiras. Como limitação, o autor destacou grande porcentagem de pessoas entrevistadas que disseram ter aprendido a lidar com suas finanças pessoais em casa com a família, e através de experiências práticas, não tendo essas pessoas cursado disciplinas diretamente ligadas a finanças

Em 2011, outra pesquisa com tema semelhante foi realizada por Vieira, Bataglia e Sereia, também no Paraná. O trabalho teve como objetivo analisar se a educação financeira obtida nos cursos de graduação influencia na atitude de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. A população escolhida para a pesquisa era composta por 610 alunos de graduação dos cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis de uma universidade pública do norte do Paraná. Dentre os resultados encontrados, observou-se que a formação acadêmica contribui para a melhor tomada de decisões de consumo, investimento e poupança dos indivíduos. (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

### 3 METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo do trabalho, os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário auto administrado. O formulário foi elaborado utilizando a ferramenta do *Google Forms* e tomou como base os questionários de Lucci *et al* (2006) e Amadeu (2009) com adaptações na definição do perfil do respondente, o qual se encontra disponível no Apêndice I deste trabalho. O público alvo da pesquisa foram os alunos do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília, tendo sido o *link* do questionário encaminhado aos alunos por e-mail, com o auxílio da secretaria do curso.

O questionário possuía 21 perguntas divididas em três grupos, o primeiro visava traçar o perfil do respondente e incluiu questões sobre sexo, idade, semestre em curso, estado civil, principal fonte de renda, montante da renda mensal familiar, entre outras, uma vez que o perfil do respondente pode ajudar a explicação das decisões financeiras do respondente. O segundo grupo de perguntas visava saber a opinião do respondente sobre a importância da instituição de uma disciplina específica de educação financeira no currículo do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília. Já o terceiro trouxe conceitos básicos de educação financeira e a análise da tomada de decisão em situações financeiras.

Conforme mencionado anteriormente, o *link* do questionário foi encaminhado a todos os 1.210 alunos regulares do curso de ciências contábeis, tendo sido obtidas 199 respostas consideradas válidas, uma vez que os questionários estavam preenchidos em sua totalidade. A amostra foi obtida por conveniência, representando 16% do total da população. Em seguida, procedeu-se a análise descritiva das respostas com o auxílio dos gráficos já compilados pela ferramenta *Google Forms* e do *Excel*. No Quadro 1 são apresentados as perguntas do questionário, incluindo as respostas esperadas para o grupo de perguntas sobre atitudes e decisões financeiras:

**Quadro 1 – Resumo das perguntas do questionário**

<b>Questão</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resposta Esperada</b>
1 a 7	Definir o perfil do respondente.	Não se aplica.
8 e 9	Identificar o interesse dos alunos na inclusão de disciplina específica de Educação Financeira no currículo do curso e de que maneira seria mais interessante o ensino dessa disciplina.	Não se aplica.
10	Definir o perfil do respondente – auto avaliação quanto aos conhecimentos de finanças pessoais	Não se aplica.

Continua...

Conclui.

<b>Questão</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resposta Esperada</b>
11	Identificar de qual forma foram adquiridos os conhecimentos sobre finanças pessoais.	Não se aplica.
12	Identificar se os alunos possuem a noção de que os investimentos apresentam diferentes níveis de liquidez.	A expectativa é que os alunos marquem como a opção de bens móveis e imóveis como menos líquidos, uma vez que as demais alternativas demonstram ativos financeiros que, em condições normais, apresentam maior liquidez.
13	Identificar a propensão ao risco dos respondentes.	As alternativas estão distribuídas de forma decrescente em relação a tendência ao risco, dessa forma espera-se a alternativa A aos mais propensos ao risco e a alternativa D aos menos propensos.
14	Identificar a aplicação prática de um conceito fundamental que é o valor líquido no tempo.	A resposta adequada seria a terceira alternativa, onde o respondente reconhece que somas iguais de valores, porém aplicados em tempos diferentes, geram montantes diferentes.
15	Identificar a propensão à poupança dos respondentes.	A expectativa é que os mais propensos a poupança marquem a alternativa onde já façam planos para aposentadoria e os menos propensos a poupança optem pela alternativa onde não se preocuparam com essa questão até o presente momento.
16	Identificar se possuem a percepção de que dívidas possuem custos financeiros.	A resposta adequada seria a quarta alternativa, onde os alunos confirmam que adiar o pagamento de dívidas acarreta em custos financeiros mais elevados.
17	Identificar a postura do aluno em uma situação prática de formas de pagamento de dívidas.	A expectativa é que o aluno escolha a opção que acarreta em menos encargos financeiros, no caso, a primeira alternativa.
18	Analisar se o aluno sabe que a antecipação de uma compra traz ônus quanto aos encargos financeiros.	A resposta mais adequada seria a primeira alternativa.
19	Analisar se o aluno possui entendimento de que a compra a prazo traz ônus de encargos financeiros.	A expectativa é que o respondente escolha a alternativa onde se assume que comprar à vista é mais vantajoso que comprar a prazo, segunda alternativa.
20	Identificar se o aluno tem conhecimento sobre planejamento financeiro e poupança	A resposta mais adequada é a segunda alternativa, de acordo com o cálculo proposto na questão.
21	Analisar o entendimento do aluno sobre qual ativo oferece maior segurança em relação à situação exposta.	Espera-se como resposta correta a primeira alternativa, conta-corrente. Uma vez que o fundo de investimento pode não possuir liquidez imediata e pode ser um investimento que envolva risco, portanto não seria a opção mais adequada.

**Fonte:** Dados da pesquisa.

## **4 RESULTADOS E ANÁLISE**

Nesta seção do trabalho serão apresentadas e discutidas as respostas obtidas a partir da aplicação do questionário, estando dividida em três partes. Na primeira parte será analisado o perfil socioeconômico dos respondentes; na segunda parte será apresentada a importância, na visão dos respondentes, da inclusão de matéria específica sobre Educação Financeira na grade curricular do curso e de que maneira essa disciplina deveria ser ensinada; na terceira parte será analisado o conhecimento dos respondentes sobre os conceitos básicos de Educação Financeira; e, finalmente, na quarta parte serão apresentadas as atitudes dos respondentes diante de situações práticas hipotéticas.

### **4.1 Perfil Socioeconômico**

As questões 1 a 7 do questionário visavam traçar o perfil dos respondentes, estando os resultados apresentados na Tabela 1. Observa-se que a amostra do estudo contou com a participação de 199 respondentes, sendo 105 do sexo feminino, 52,8% da amostra total, e 94 do sexo masculino, 48,2% da amostra total. Apesar da diferença de 4,6 pontos percentuais, pode-se dizer que a amostra do estudo está equilibrada entre homens e mulheres.

Quanto ao período do curso, a amostra foi subdividida em dois grandes grupos: início do curso, tendo sido considerados os respondentes até o 5º semestre; e final do curso, tendo sido considerado os respondentes a partir do 6º semestre. Observa-se que 58% da amostra encontra-se no início do curso, sendo 59 mulheres e 57 homens, 42% da amostra encontra-se no final do curso, sendo 46 mulheres e 37 homens. Mais uma vez encontra-se certo equilíbrio entre os dois grupos, estando os dois estratos representados pela amostra do estudo.

No que diz respeito à faixa etária, a amostra foi dividida em 4 grupos, sendo eles: até 20 anos, de 21 a 30 anos, de 31 a 40 anos e acima de 40 anos. Observa-se que 90 respondentes encontram-se na faixa até 20 anos, sendo 51 mulheres e 39 homens, representando 45% da amostra do estudo. Na faixa de 21 a 30 anos tem-se um total de 94 respondentes, sendo 52 mulheres e 42 homens, representando 47% da amostra do estudo. Já nas faixas de 31 a 40 anos e acima de 40 anos, observa-se que a quantidade de alunos diminui consideravelmente, estando 11 respondentes na primeira faixa e apenas 4 na segunda. Assim, pode-se observar

que a amostra do estudo está distribuída principalmente entre as duas primeiras faixas de idade, sendo constituída de um público mais jovem.

No que se refere ao estado civil dos respondentes, como na categoria anterior, a mostra também foi dividida em 4 grupo: solteiro(a), namorando, casado(a)/união estável e separado(a)/divorciado(a). Observa-se que 86% da amostra, 96 mulheres e 77 homens, é solteira. Os outros 14% encontram-se distribuídos nos outros 3 grupos: namorando (2%); casado(a)/união estável (11%); e separado(a)/divorciado(a) (1%). O resultado está em linha com o esperado, uma vez que a amostra é composta de um público mais jovem.

**Tabela 1 – Sexo, Período do Curso, Faixa Etária e Estado Civil**

		Sexo				Total	%
		Feminino	%	Masculino	%		
		105	52,80	94	47,20	199	100,00
<b>Período do Curso</b>	Início do Curso	59		57		116	58%
	Final do Curso	46		37		83	42%
<b>Faixa Etária</b>	Até 20 anos	51		39		90	45%
	De 21 a 30 anos	52		42		94	47%
	De 31 a 40 anos	2		9		11	6%
	Acima de 40 anos	-		4		4	2%
<b>Estado Civil</b>	Solteiro(a)	96		77		173	86%
	Namorando	-		2		2	2%
	Casado(a)/União Estável	9		14		23	11%
	Separado(a)/Divorciado(a)	-		1		1	1%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

Quando questionados sobre a renda mensal líquida familiar, 2% informaram que possuíam renda mensal inferior a R\$500,00 reais, 4% informaram que possuíam renda mensal entre R\$500,01 e R\$1.000,00, 10% entre R\$1.000,01 e R\$1.500,00, 14% entre R\$1.500,01 e R\$2.500,00, 18% entre R\$2.500,01 e R\$4.000,00, enquanto um total 104 respondentes (52% da amostra) possuem renda mensal líquida familiar acima de R\$4.000,00 reais, conforme Tabela 2. Observa-se que, embora mais da metade dos respondentes encontre-se na faixa de renda mais alta, existe uma parcela dos respondentes cuja família vive com um salário mínimo ou menos, para os quais o desafio de gastar menos do que se ganha tende a ser ainda maior.

Por fim, no que se diz quanto a principal fonte de renda pessoal, 39% dos respondentes informaram que a principal fonte de renda era o emprego forma, enquanto 5% dos respondentes informaram que a principal fonte de renda pessoal era o emprego informal.

Ainda, 9% dos respondentes informaram ser o estágio a principal fonte de renda pessoal; 2% declararam pensão como principal fonte de renda pessoal e 1% bolsas oriundas de projetos de extensão. Contudo, o maior percentual observado foi no grupo dos respondentes que declararam não trabalhar (44%). Com isso, observa-se que um percentual razoável dos respondentes ainda não lida com o próprio dinheiro, podendo a ausência dessa experiência influenciar os resultados obtidos.

**Tabela 2 – Renda Familiar e Principal Fonte de Renda**

		Sexo				Total	%
		Feminino	%	Masculino	%		
		105	52,8	94	47,2		
<b>Renda Familiar</b>	Até R\$ 500,00	2		2		4	2%
	De R\$ 500,01 a R\$ 1000,00	6		2		8	4%
	De R\$ 1000,01 a R\$ 1500,00	11		9		20	10%
	De R\$ 1500,01 a R\$ 2500,00	17		10		27	14%
	De R\$ 2500,01 a 4000,00	19		17		36	18%
	Acima de R\$ 4000,00	50		54		104	52%
	<b>Principal Fonte de Renda</b>	Emprego Formal	35		42		77
Emprego Informal		6		5		11	5%
Estágio		14		5		19	9%
Pensão		3		0		3	2%
Projeto de Extensão Unb		0		1		1	1%
Não Trabalha		47		41		88	44%

Fonte: Dados da pesquisa.

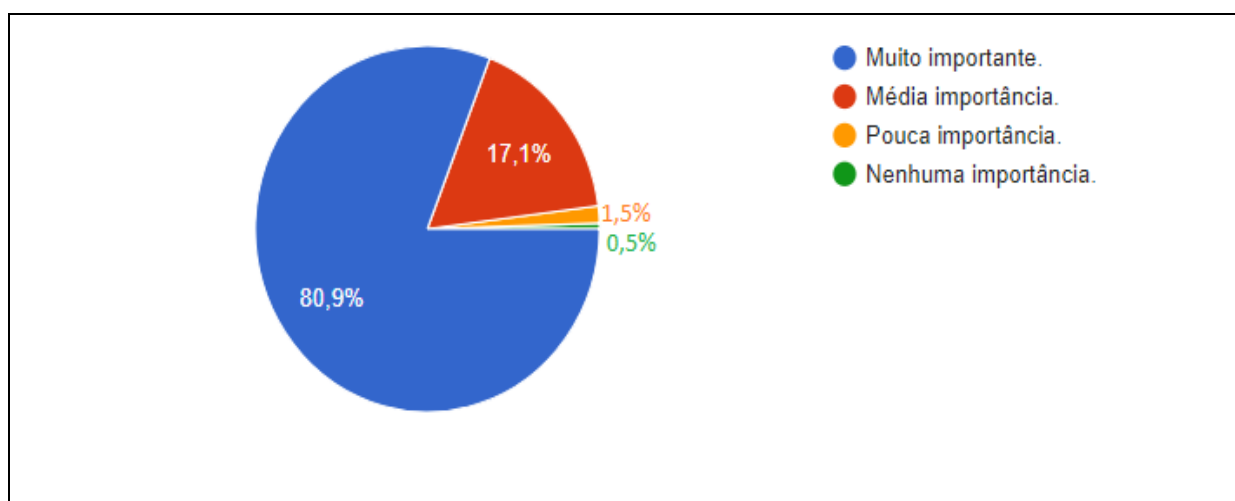
#### 4.2 Importância da Disciplina Educação Financeira

Nesta parte do questionário os alunos foram questionados se acham ou não importante a inserção de uma disciplina específica sobre educação financeira em sua grade curricular, bem como, para os alunos que responderam de forma positiva, de qual maneira essa disciplina seria mais bem exposta em sala de aula.

No que diz respeito à importância que os alunos atribuem a inserção da disciplina educação financeira em sua grade curricular, apenas um aluno julgou a inclusão como não importante, enquanto os outros 198 alunos julgaram a inclusão importante, mesmo que em escalas diferentes. Conforme observado no Gráfico 1, dos 99,5% dos respondentes que consideraram a inserção da disciplina importante em algum grau, 80,9% responderam ser muito importante, 17,1% julgaram a inserção de média importância e apenas 1,5% julgaram a

inserção pouco importante. Tem-se, então, que a disciplina é considerada muito importante pela grande maioria dos respondentes, o que pode subsidiar a decisão dos coordenadores do curso de ciências contábeis da Universidade de Brasília a ofertar a referida disciplina, mesmo que esta não faça parte do fluxo de disciplinas obrigatórias do curso.

**Gráfico 1 – Importância da inserção da disciplina Educação Financeira**

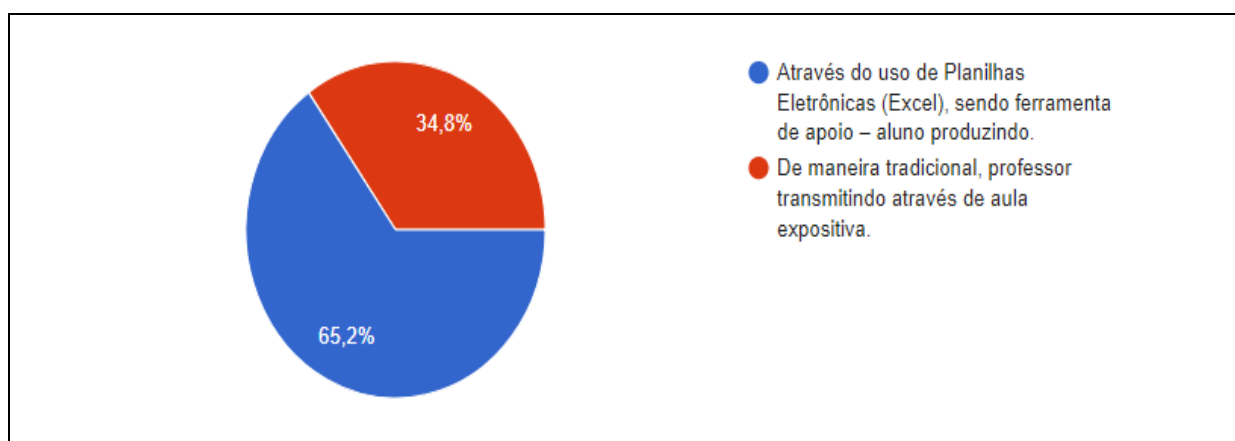


**Fonte:** Dados da pesquisa.

Para os alunos que, independente do grau de importância, julgaram importante a inserção da disciplina educação financeira no currículo do curso, seguiu o questionamento sobre qual o método mais adequado para a explanação da matéria em sala de aula. Entre as alternativas encontravam-se as opções: de maneira tradicional com o professor utilizando de aula expositiva; e através do uso de planilhas eletrônicas (Excel), sendo ferramenta de apoio, ou seja, o aluno produz. A partir do Gráfico 2 é possível observar que 65,2% dos respondentes consideram o uso de planilhas eletrônicas como o melhor método. Assim, pode-se concluir que a melhor maneira de se aprender a disciplina seria através de aulas participativas, onde os alunos estariam em ativa produção do conteúdo por meio da utilização de planilhas eletrônicas.



**Gráfico 2 – Melhor método de ensino da disciplina Educação Financeira**



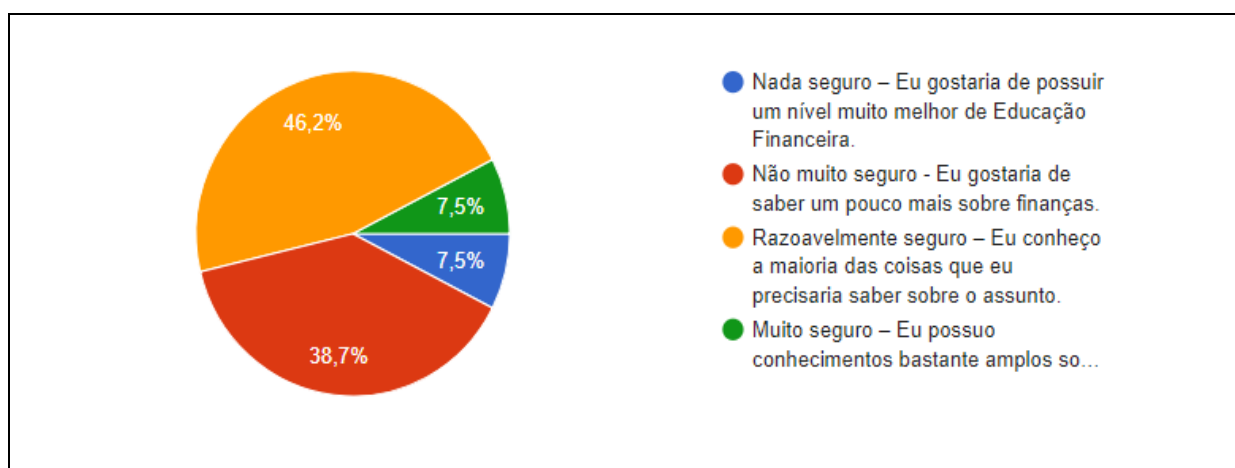
Fonte: Dados da pesquisa.

### 4.3 Nível de Conhecimento sobre os Conceitos Básicos de Educação Financeira

Nesta parte da pesquisa procurou-se entender o nível de conhecimento que os alunos possuem sobre os conceitos básicos de Educação Financeira por meio de perguntas sobre situações hipotéticas relacionadas ao tema.

A décima pergunta solicitava ao respondente avaliar o seu conhecimento sobre os conceitos de educação financeira e o seu nível de segurança para gerenciar o próprio dinheiro. Dentre os respondentes, 15 (7,5% da amostra) afirmaram se sentir muito seguros; 92 (46,2% da amostra) declararam se sentir razoavelmente seguros; 77 (38,7% da amostra) se declararam não muito seguros em relação aos seus conhecimentos sobre educação financeira e 15 (7,5% da amostra) afirmaram se sentir nada seguros, conforme observado no Gráfico 3. Percebe-se que, embora 92,5% dos respondentes tenham declarado possuir algum conhecimento sobre os conceitos de educação financeira, a grande maioria declarou não se sentir muito seguro em relação á esses conhecimentos.

**Gráfico 3 – Nível de Segurança em Conhecimentos sobre Finanças para Gerir o Próprio Dinheiro**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A décima primeira questão teve por objetivo compreender qual foi a principal fonte de aprendizado no que diz respeito aos conhecimentos financeiros obtidos para gerir o próprio dinheiro. A partir da Tabela 3 é possível observar que 27% dos respondentes declararam que a principal fonte de aprendizado financeiro foi em casa com a família; 4% dos respondentes disseram que aprenderam em conversa com amigos; 18% em aulas de escolas/faculdade; 23% em revistas/livros/TV/Internet; 27% aprenderam por meio de experiências práticas; e apenas 1% declarou que o conhecimento se deu por uma combinação de todas as alternativas anteriores. Observa-se que a sala de aula não é o único meio de aprendizado sobre questões financeiras, contudo outros meios de aprendizado como experiências prática podem ocorrer somente após decisões erradas, ou mesmo replicar comportamentos não adequados diante de situações financeiras.

**Tabela 3 – Onde adquiriu conhecimento para gerir o próprio dinheiro**

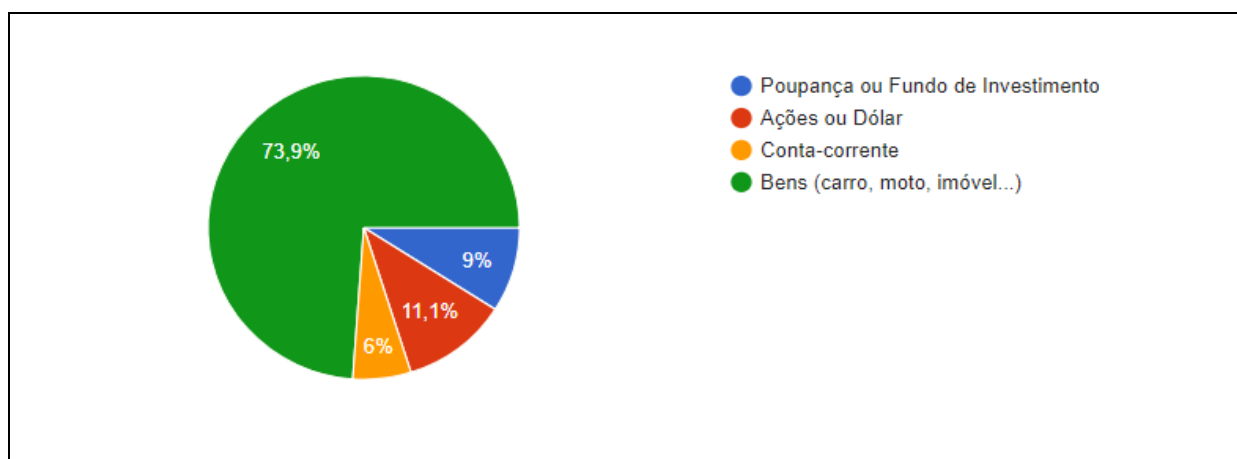
	Descrição	Quantidade	%
Onde Adquiriu a Maior Parte dos Conhecimentos Para Gerir o Próprio Dinheiro	Em casa com a família	54	27%
	Em conversa com amigos	7	4%
	Em aulas na escola/faculdade	36	18%
	De revistas/livros/TV/Internet	46	23%
	Experiências Práticas	54	27%
	Todas as alternativas	2	1%
<b>Total</b>		<b>199</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa.

A partir daqui as questões pares do questionário visavam testar os conhecimentos sobre conceitos básicos da educação financeira. A décima segunda questão - Muitas pessoas

guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se Eliana e Danilo têm guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso deles precisarem utilizar os recursos com urgência? - tinha por objetivo testar o conhecimento dos respondentes sobre os diferentes níveis de liquidez dos investimentos. Observa-se que 73,9% dos respondentes optaram pela resposta Bens (carro, moto, imóvel...), resposta esperada para a pergunta, uma vez que as demais opções traziam ativos que, em condições normais, apresentam maior nível de liquidez. Enquanto que 22 respondentes (11,1% da amostra) pelos investimentos em ações ou dólar; 18 (9% da amostra) optaram por poupança ou fundo de investimentos e apenas 12 respondentes (6% da amostra) optaram por conta-corrente, que seria o ativo mais líquido dentre as alternativas apresentadas.

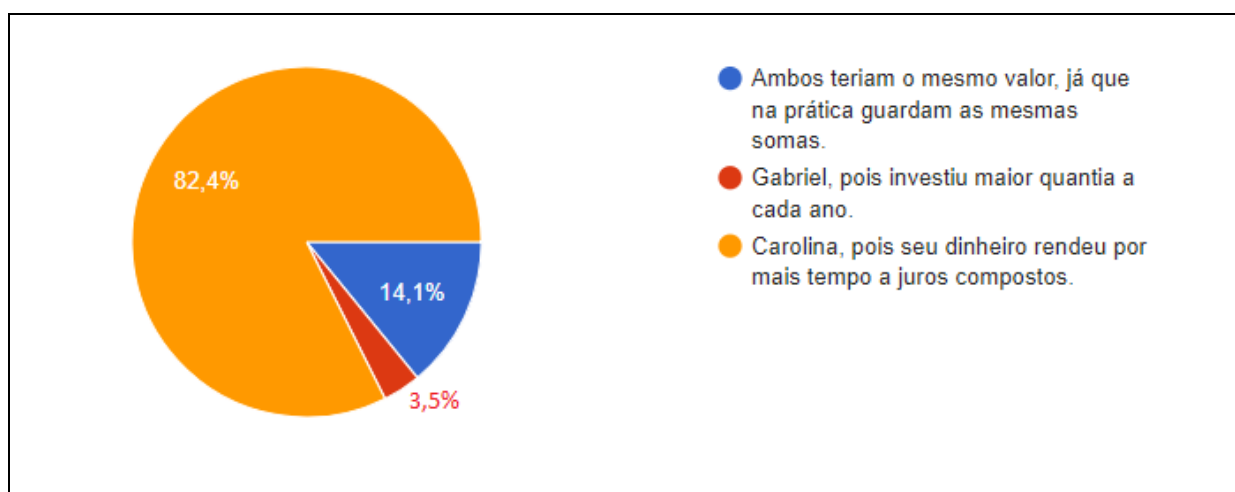
**Gráfico 4 – Liquidez dos Ativos**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A décima quarta questão - Gabriel e Carolina têm a mesma idade. Aos 20 anos, ela começou a aplicar R\$ 2.000 por ano, enquanto Gabriel não guardava nada. Aos 40 anos, Gabriel percebeu que precisava de dinheiro para a sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 4.000 por ano, enquanto Carolina continuou poupando seus R\$ 2.000. Agora eles têm 60 anos. Quem tem mais dinheiro para a aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?- tratava sobre a aplicação do conceito de valor líquido no tempo. A partir do Gráfico 5 é possível observar que 82,4% da amostra (164 respondentes) respondeu que Carolina tem mais dinheiro para aposentadoria, demonstrando conhecimento de que somas iguais de valores aplicados em tempos diferentes geram montantes diferentes.

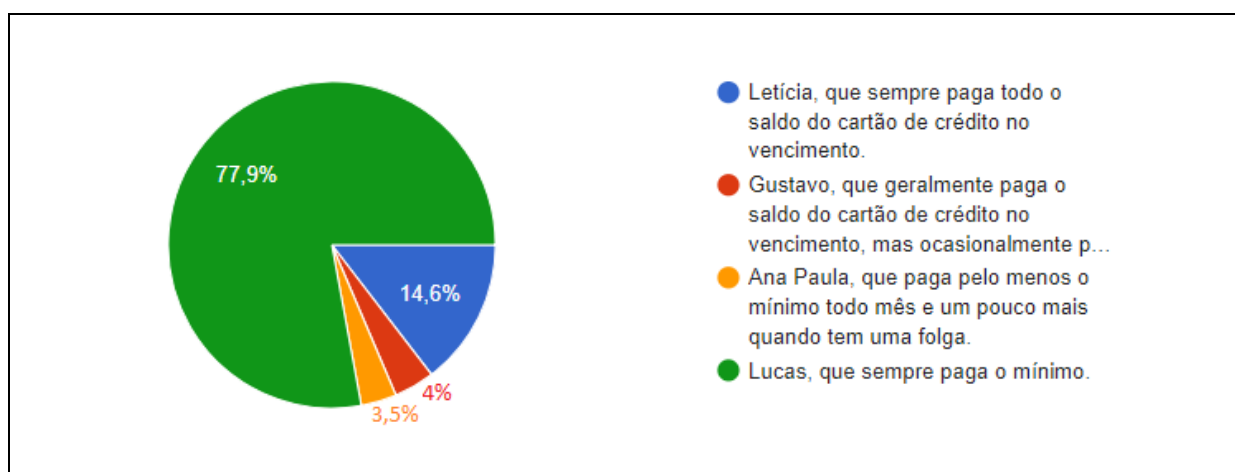
**Gráfico 5 – Valor Líquido no Tempo**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A décima sexta questão - Qual das pessoas pagaria mais em despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de crédito? - traz a discussão sobre os custos financeiros associados às dívidas. Dentre os respondentes, 77,9% (155 respondentes) escolheram a última opção, assumindo que uma pessoa que sempre paga o mínimo da fatura de cartão de crédito paga mais em despesas financeiras (Gráfico 6).

**Gráfico 6 – Encargos Financeiros**

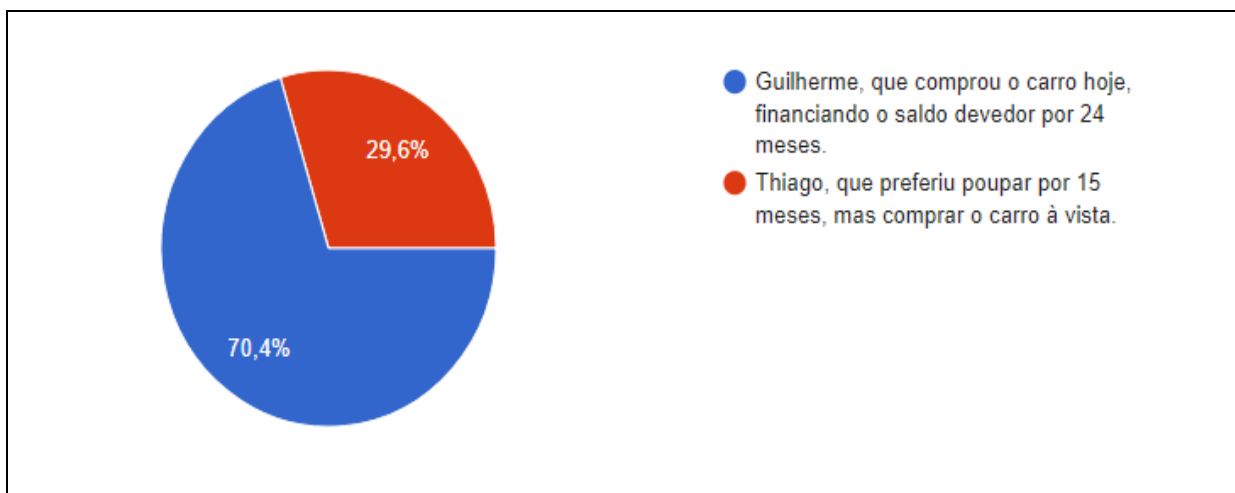


**Fonte:** Dados da pesquisa.

A décima oitava questão - Guilherme e Thiago são jovens que possuem o mesmo salário. Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$ 30.000. Quem pagou mais pelo bem? - aborda o conhecimento sobre o ônus financeiro associado à antecipação de uma compra. A partir do Gráfico 7 é possível observar que 70,4% da amostra (140 respondentes)

marcou a primeira alternativa, demonstrando conhecimento sobre o ônus financeiro associado à antecipação de uma compra por meio de uma dívida.

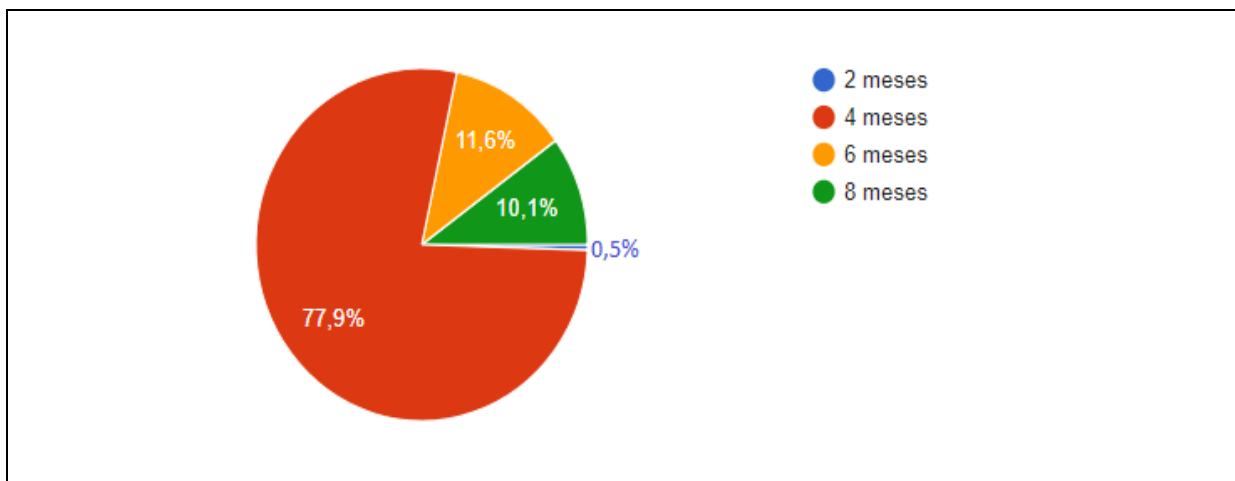
**Gráfico 7 – Ônus Financeiros**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Por fim, a vigésima questão - André ganha R\$ 1.500 por mês. Paga R\$ 450,00 de aluguel e mais R\$ 300,00 de alimentação todo mês. Gasta ainda R\$ 150,00 em transportes, R\$ 75,00 em remédios e mais R\$ 150,00 em pequenas despesas extras. Pretende comprar uma TV que custa R\$ 1.200,00. Quanto tempo levará guardando recursos para comprar a TV? - abordou o conhecimento sobre planejamento financeiro e poupança. Dentre os respondentes, 155 (77,9% da amostra) optaram pela segunda opção, que representava a resposta mais adequada a situação exposta (Gráfico 8).

**Gráfico 8 – Poupança e Planejamento Financeiro**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Ao fazer o cruzamento entre as respostas sobre a auto avaliação quanto a segurança dos respondentes em relação aos conhecimentos básicos de educação financeira e as respostas às questões apresentadas, é possível observar que o percentual dos respondentes que se sentem muito seguros em relação aos seus conhecimentos financeiros e que marcaram a alternativa correta para as questões apresentadas não foi muito superior ao percentual que dos respondentes que se sentem não muito seguros ou nada seguros e mesmo assim optaram pela alternativa mais adequada, sendo, inclusive, esse percentual inferior nas questões 18 e 20.

**Tabela 4 – Distribuição dos respondentes que escolheram as alternativas esperadas**

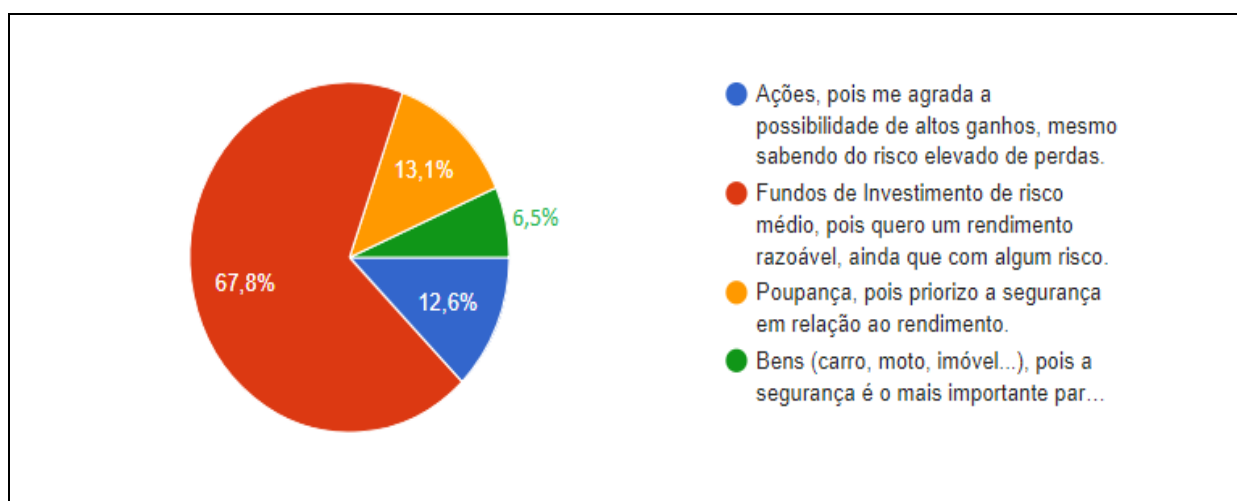
		Muito Seguro	%	Razoavelmente Seguro	%	Não Muito Seguro/ Nada Seguro	%
Questão/ Alternativa Esperada	12/Quarta	10	67%	76	83%	61	66%
	14/Terceira	11	73%	77	84%	76	83%
	16/Quarta	12	80%	76	83%	67	73%
	18/Primeira	11	73%	60	65%	69	75%
	20/Segunda	11	73%	72	78%	72	78%

**Fonte:** Dados da pesquisa.

#### **4.4 Atitudes Financeiras em Situações Hipotéticas**

Na quarta e última parte da pesquisa procurou-se identificar a postura dos respondentes diante de situações hipotéticas. A décima terceira questão - Se você tivesse recursos para investir, sem ter prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo você mais se identifica como aplicador?– buscou medir a propensão ao risco dos respondentes. A partir do Gráfico 9 é possível observar que apenas 25 respondentes (12,6% da amostra) se mostraram dispostos a arriscar seu dinheiro em aplicações com risco elevado de perda, demonstrando o perfil de risco mais agressivo, 39 respondentes (19,6% da amostra) demonstraram um perfil de risco mais conservador, escolhendo investir em poupança ou bens e a 135 respondentes (67,8% da amostra) demonstraram nível intermediário de propensão ao risco, optando por aplicar em fundos de investimentos de risco médio. Desta forma, tem-se que a maioria dos respondentes estaria disposta a aplicar seu dinheiro em meios que gerem rendimentos mais elevados, mas que não envolvam grandes riscos.

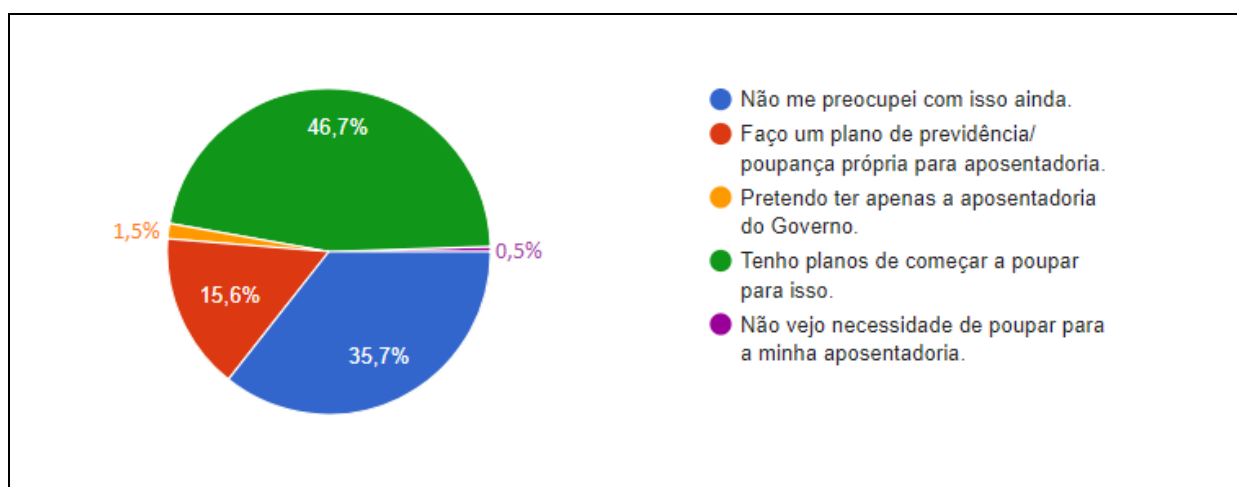
**Gráfico 9 – Propensão Para Risco**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A décima quinta questão - Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?– busca verificar as atitudes em relação ao planejamento financeiro para a aposentadoria. Observa-se que, dentre os respondentes, apenas 15,6% declararam já possuir plano de previdência e 46,7% assumem ter planos para começar a poupar para a aposentadoria. Embora o percentual dos respondentes que se mostraram preocupados com a aposentadoria seja relativamente baixo (62,3%), esse percentual está dentro do esperado, considerando que quase metade dos respondentes não trabalha e, por isso, não possuem nenhuma fonte individual de renda.

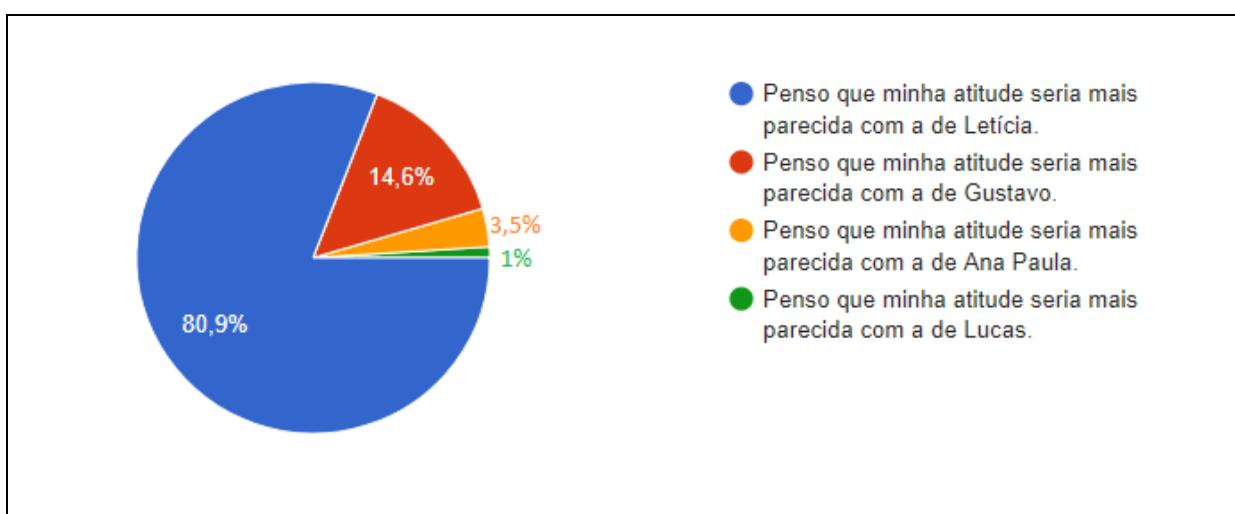
**Gráfico 10 – Planejamento Financeiro para Aposentadoria**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

A décima sétima questão visava saber qual a postura dos respondentes em relação aos gastos com cartão de crédito. A partir do Gráfico 11 é possível observar que 80,9% (161 alunos) dos respondentes optariam por pagar sua fatura de cartão de crédito sempre em dia a fim de evitar encargos financeiros, enquanto que apenas 2 respondentes (1% da amostra) optariam por sempre pagar o mínimo da fatura mesmo que isso acarrete em despesas financeiras. Chama atenção o fato de 3,5% da amostra ter optado por antecipar o pagamento do cartão, uma vez que essa antecipação gera prejuízo financeiro, já que a dívida não é reduzida e a pessoa ainda deixa de ganhar os juros de uma eventual aplicação desses recursos.

**Gráfico 11 – Postura frente a dívidas e encargos financeiros**

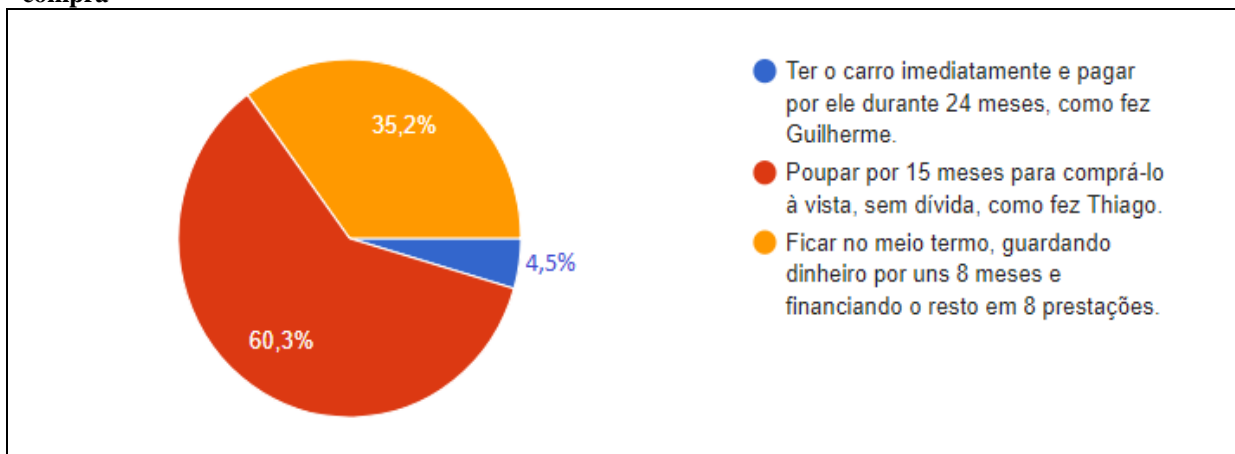


**Fonte:** Dados da pesquisa.

Na décima nona questão se observa a postura do respondente em relação à aquisição de um bem, visando saber se há a compreensão de que a antecipação de uma compra por meio de uma dívida acarreta ônus financeiros. O Gráfico 12 mostra que 60,3% dos respondentes (120 alunos) optariam por poupar durante alguns meses e comprar o bem à vista a fim de não pagar os encargos financeiros do financiamento. Enquanto que 35,2% (70 alunos) escolheriam poupar durante determinado tempo e financiar a parte que restaria para quitar o bem, e apenas 4,5% (9 alunos) optariam por obter o bem de imediato e financiar todo o valor. Com isso podemos perceber que grande parte da amostra reconhece o ônus financeiro da antecipação de uma compra.



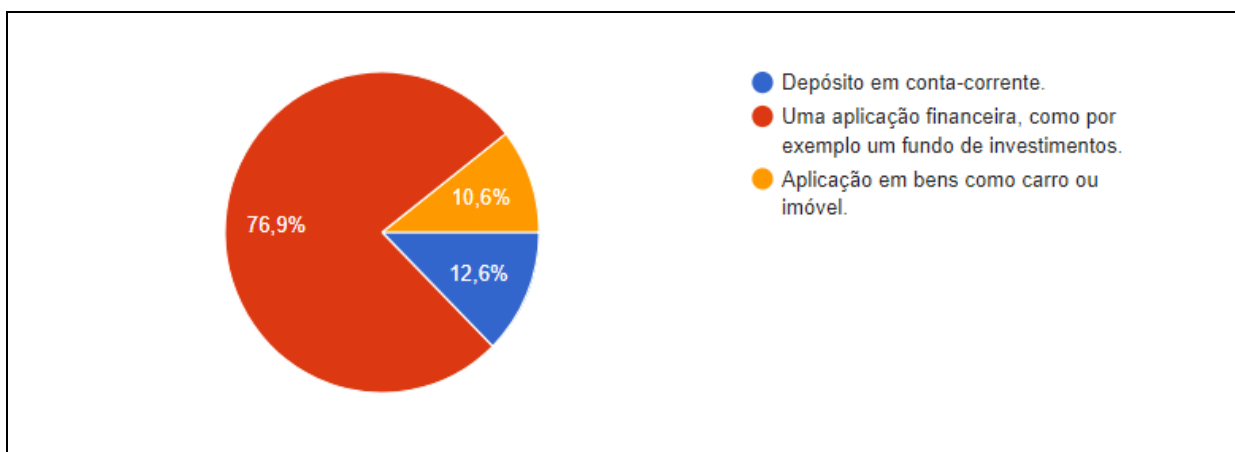
**Gráfico 12 – Postura frente à possibilidade de ônus financeiros em decorrência da antecipação de uma compra**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

Finalmente, a vigésima primeira questão busca entender qual o investimento que o respondente considera mais adequado para uma família em caso de desemprego. De acordo com o Gráfico 13, 76,9% dos respondentes (153 alunos) considerou a aplicação financeira um investimento mais adequado para proteger uma família desempregada; 10,6% dos respondentes consideraram a aplicação em bens e apenas 4,5% optaram pela conta-corrente como investimento mais adequado.

**Gráfico 13 – Investimento mais seguro para uma família desempregada**



**Fonte:** Dados da pesquisa.

De forma geral, pode-se observar que o entendimento dos conceitos financeiros acompanha as atitudes tomadas pelos alunos, confirmando a influência positiva da educação financeira nas decisões de consumo e investimento. Para a amostra desta pesquisa, o conceito de finanças adquirido na graduação influenciou positivamente na tomada de decisões

relacionadas à gestão de dinheiro. O que leva ao questionamento da real necessidade de inclusão da disciplina educação financeira na grade curricular, apesar dos respondentes terem considerado tal inclusão importante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho era analisar a relação entre os conhecimentos de finanças pessoais dos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, o nível de endividamento desses alunos, e suas decisões de investimento e consumo. Para tal foi enviado um questionário com 21 questões a todos os alunos do curso de graduação em ciências contábeis da Universidade de Brasília, tendo sido obtidas 199 respostas.

A análise dos dados evidenciou que grande parte dos alunos possui conhecimento de finanças pessoais e, além disso, seu comportamento em situações práticas foi coerente com o entendimento dos conceitos em si. Curiosamente, a segurança que os alunos declararam ter em relação aos conhecimentos na área de educação financeira não refletiu o percentual de acerto das questões, já que apenas uma pequena parcela da amostra se declarou muito segura. Com relação ao nível de endividamento dos alunos, se observou que a maioria deles não possui dívidas, o que pode ter sido influenciado pelo fato de grande parte dos respondentes ainda ser muito jovem e não trabalhar, não tendo, portanto, renda pessoal fixa. A análise permitiu constatar, ainda, que a educação financeira influencia nas decisões de investimento e consumo, contudo, poucos respondentes alegaram ter adquirido conhecimento sobre o assunto por meio de aulas na escola ou faculdade, o que leva ao questionamento se este é o melhor meio de aprendizagem.

A principal dificuldade da pesquisa se encontra em mensurar o quanto dos conceitos aprendidos ao longo do curso de ciências contábeis influenciou as respostas selecionadas, pois mesmos os alunos não tendo curso disciplina específica de finanças pessoais e tendo alegado como principal fonte de conhecimento financeiro a família, a internet e experiências práticas (77% da amostra), é provável que outras disciplinas do curso tenham dado subsídio para as respostas apresentadas.

Para pesquisas futuras sugere-se a aplicação dos questionários em outras universidades, a fim de saber se há diferença entre o ensino de universidades públicas e particulares. Ainda, a aplicação do questionário em outros cursos ligados à área de negócios, como Economia e Administração. O acréscimo de questões que permitam identificar se o aluno participou de alguma disciplina que ensine conceitos importantes para a educação financeira, como as disciplinas de finanças, a fim de evidenciar a influência da obtenção desses conhecimentos nas decisões de consumo e investimento.

## REFERÊNCIAS

AEF BRASIL, 2017. **Avanços e Desafios da Educação Financeira no Brasil**. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/avancos-desafios-educacao-financeira-brasil/>> Acesso em 18 de Maio de 2018.

AMADEU, João Ricardo. **Finance Education and its influence on the making of Consumption Decisions and Investments: proposal to insert the discipline into the curriculum matrix**. 2009. 92 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2009.

AMORIM, Rovênia. 2016. **MEC apóia inserção da temática educação financeira no currículo da educação básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/34351-mec-apoia-insercao-da-tematica-educacao-financeira-no-curriculo-da-educacao-basica>> Acesso em: 26 de Abril de 2018.

ANGHER, A. J. (Org.). **Código Civil**. Constituição Federal e Legislação. 15. Ed. São Paulo: Editora R., 2008.

BARBOSA, Glauca Sabadini et al. **Educação financeira escolar: planejamento financeiro**. 2015.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças Pessoais versus Finanças Empresariais**. 2004. Dissertação (Pós-graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organização de Alexandre de Moraes. 16. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm)> Acesso em: 26 de Abril de 2018.

BRASIL/ENEF. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – Plano Diretor da ENEF**. 2017. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>> Acesso em: Abril de 2018.

BRITTO, Reginaldo Ramos de. **Educação Financeira: uma pesquisa documental crítica**. 2012.

CARMO, Luiz Antônio Mattos do. **Juiz de Fora Consumers Indebtedness Analysis**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Economia familiar; Estudo da família; Teoria econômica e Educação do consumidor) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

CLAUDINO, Lucas Para Vizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. **Finanças Pessoais: Um Estudo de Caso com Servidores Públicos**. (2009)

CNC, 2018a. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Disponível em <[http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise\\_peic\\_marco\\_2018.pdf](http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_marco_2018.pdf)> Acesso em: 13 de Maio de 2018.

CNC, 2018b. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Disponível em <[http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise\\_peic\\_fevereiro\\_2018.pdf](http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_fevereiro_2018.pdf)> Acesso em: 13 de Maio de 2018.

CNC; **Perfil do Endividamento das Famílias Brasileiras em 2017**. Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2017>> Acesso em 12 de Maio de 2018.

CNC; SPC; (2016) **Perfil do Inadimplente e das Dívidas no Brasil**. Disponível em: <[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:r\\_gs66O5Wl0J:https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/08/An%25C3%25A1lise-Perfil-do-Inadimplente-e-da-D%25C3%25ADvida-1.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:r_gs66O5Wl0J:https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2016/08/An%25C3%25A1lise-Perfil-do-Inadimplente-e-da-D%25C3%25ADvida-1.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso em 12 de Maio de 2018.

CNDL; SPC; **Inadimplentes no Brasil 2017: Perfil e Comportamento Frente às Dívidas**. Disponível em: <[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:daw8D9YHnKoJ:https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/08/Analise\\_perfil\\_inadimplente\\_2017.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:daw8D9YHnKoJ:https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/08/Analise_perfil_inadimplente_2017.pdf+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)> Acesso em: 13 de Maio de 2018.

DANADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Milton de Abreu; RANGEL, Armênio de Sousa. **O Papel da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros**. Vol. 11, Nº 1 (2012).

DONADIO, Rosimara. **Educação financeira de estudantes universitários: uma análise dos fatores de influência**. 2014.

GONÇALVES, Geysen. **O superendividamento e o mínimo existencial**. 2016.

LIMA, Marcelo Prudêncio de. **Literacia financeira e endividamento pessoal: um estudo com alunos de cursos da área de negócios**. 2016. 139 f. Dissertação (Controladoria Empresarial) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

MARQUES, Maria Manuel Leitão; FRADE, Catarina – **O endividamento dos consumidores em Portugal: Questões Principais**. *Notas Económicas*. Nº 14, (2000).

MENDES, Marcos. (2015) **Por que a economia brasileira foi para o buraco?** Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2015/08/25/por-que-a-economia-brasileira-foi-para-o-buraco/>> Acesso em: 16 de Maio de 2018.

NETO, SILVA; FEITOSA, Odilon. **Alfabetização financeira e sua influência nas decisões de consumo de produtos financeiros**. 2015.

OBSERVATÓRIO, DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação**. *Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, Fev, 2002.

OECD. **Improving financial literacy: analysis of issues and policies.** 2005.

PEIXOTO, Marcelo Ferreira. **Índice de inadimplência Serasa: um estudo de séries temporais.** 2009. 36f. Dissertação (mestrado profissional) - Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Universidade federal do Ceará, Fortaleza-Ce, 2009.

PIRES, Valdemir. **Finanças pessoais fundamentos e dicas.** Piracicaba: Editora Equilíbrio, 2006.

PRIMON, Sandro Marcio. **Educação financeira nas escolas: uma proposta de ensino.** 2017. 87 f. Dissertação (Mestrado em Matemática em Rede Nacional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RASCHEN, Samuel Ricardo. **Investigação sobre as contribuições da matemática para o desenvolvimento da educação financeira na escola.** 2016.

RIBEIRO, Caroline do Amaral; VIEIRA, Kelmara Mendes; SANTOS, João Heitor de Avila; TRINDADE, Larissa de Lima; MALLMANN, Estela Isabel. **Finanças pessoais: análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de administração.** In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. Anais... São Paulo: SEMEAD, 2009.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil.** 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** *Revista de Administração Pública-RAP*, v. 41, n. 6, 2007.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes de; FAJAN, Fernanda Deolina; **Análise do Endividamento e dos Fatores que Influenciam o Comportamento de Alunos Universitários.** 2015. Faculdade de Tecnologia da Bragança Paulista.

VARGAS, Paulo Roberto Ribeiro. **Um Estudo Sobre Educação Financeira e Instituição Escolas.** Tese de Doutorado – Programa de Pós Graduação em Educação. Unisinos. Brasil.

VIEIRA, Saulo Fabiano Amancio; BATAGLIA, Regiane Tardiolle Manfre; SEREIA, Vanderlei José. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná.** *Revista de Administração*, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

ZERRENNER, Sabrina Arruda. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda.** 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, University of São Paulo, São Paulo, 2007.

## APÊNDICE – Questionário aplicado

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

O presente questionário visa compreender o conhecimento dos alunos de Ciências Contábeis sobre educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento e os dados coletados serão utilizados no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Contábeis da aluna *Carolina de Almeida Boaventura*, sob orientação da Professora Danielle Montenegro. Dessa forma, solicita-se a gentileza de preencher o questionário com o máximo de atenção para que os resultados reflitam a realidade.

1. **Que semestre da faculdade você está cursando?** \_\_\_\_\_
2. **Qual seu sexo?**  
 Feminino  Masculino
3. **Qual é a sua idade?**  
 Até 20 anos.  De 21 a 30 anos.  De 31 a 40 anos  Acima de 40 anos.
4. **Qual seu estado civil?**  
 Solteiro (a)  Separado (a)/Divorciado (a)  
 Casado (a)/União Estável  Outros
5. **Qual a sua faixa de renda mensal líquida *familiar*?**  
 Até R\$ 500,00  R\$ 1.500,01 até 2.500,00  
 R\$ 500,01 até 1.000,00  R\$ 2.500,01 até 4.000,00  
 R\$ 1.000,01 até 1.500,00  Acima de R\$ 4.000,01
6. **Qual sua fonte principal de renda?**  
 Emprego formal  Não trabalha  
 Emprego informal  Outros. Cite: \_\_\_\_\_
7. **Você tem algum tipo de dívida (empréstimos, financiamentos, rotativo do cartão, limite do cheque especial, outras)?**  
 Sim, tenho, mas trata-se de financiamento de longo prazo, cuja prestação eu sempre procuro pagar em dia.  
 Sim, tenho, mas não sei bem quando e nem como irei pagá-la.  
 Sim, mas vou pagá-las em pouco tempo, já que tomei o cuidado de calcular na ponta do lápis como e quando iria quitá-las.

- Não, não tenho dívidas pessoais. Sempre faço o planejamento necessário para comprar à vista e com desconto.

**8. Considerando a possibilidade de inserir na grade curricular de seu curso uma disciplina específica de Educação Financeira (lições para a vida, de como gerir o seu próprio dinheiro).**

**Você a considera:**

- Muito importante.
- Média importância.
- Pouca importância.
- Nenhuma importância.

**9. Caso você tenha escolhido uma das três primeiras opções na questão anterior, de que forma você gostaria que fosse ensinada a disciplina Educação Financeira?**

- Através do uso de Planilhas Eletrônicas (Excel), sendo ferramenta de apoio – aluno produzindo.
- De maneira tradicional, professor transmitindo através de aula expositiva.

**10. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?**

- Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de Educação Financeira.
- Não muito seguro - Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.
- Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto.
- Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças.

**11. Onde você adquiriu maior parte dos seus conhecimentos para gerir seu dinheiro?**

- Em casa com a família
- Em conversa com amigos
- Em aulas na escola/faculdade
- De revistas, livros, TV, rádio e internet
- Em experiências práticas
- Outros. Cite: \_\_\_\_\_



12. **Muitas pessoas guardam dinheiro para despesas inesperadas. Se Eliana e Danilo têm guardado algum dinheiro para emergências, qual das seguintes formas seria a menos eficiente para o caso deles precisarem utilizar os recursos com urgência?**
- Poupança ou Fundo de Investimento
  - Ações ou Dólar
  - Conta-corrente
  - Bens (carro, moto, imóvel...)
13. **Se você tivesse recursos para investir, sem ter prazo definido para resgatar, com qual das alternativas abaixo você mais se identifica como aplicador?**
- Ações, pois me agrada a possibilidade de altos ganhos, mesmo sabendo do risco elevado de perdas.
  - Fundos de Investimento de risco médio, pois quero um rendimento razoável, ainda que com algum risco.
  - Poupança, pois priorizo a segurança em relação ao rendimento.
  - Bens (carro, moto, imóvel...), pois a segurança é o mais importante para mim.
14. **Gabriel e Carolina têm a mesma idade. Aos 20 anos, ela começou a aplicar R\$ 2.000 por ano, enquanto Gabriel não guardava nada. Aos 40 anos, Gabriel percebeu que precisava de dinheiro para a sua aposentadoria e começou a aplicar R\$ 4.000 por ano, enquanto Carolina continuou poupando seus R\$ 2.000. Agora eles têm 60 anos. Quem tem mais dinheiro para a aposentadoria, se ambos fizeram o mesmo tipo de investimento?**
- Ambos teriam o mesmo valor, já que na prática guardam as mesmas somas.
  - Gabriel, pois investiu maior quantia a cada ano.
  - Carolina, pois seu dinheiro rendeu por mais tempo a juros compostos.
15. **Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?**
- Não me preocupei com isso ainda.
  - Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria.
  - Pretendo ter apenas a aposentadoria do Governo.
  - Tenho planos de começar a poupar para isso.
  - Não vejo necessidade de poupar para a minha aposentadoria.

16. **Qual das pessoas pagaria mais em despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de crédito?**
- Letícia, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.
  - Gustavo, que geralmente paga o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga somente o mínimo quando está sem dinheiro.
  - Ana Paula, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem uma folga.
  - Lucas, que sempre paga o mínimo.
17. **Como você acha que agiria?**
- Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Letícia.
  - Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Gustavo.
  - Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Ana Paula.
  - Penso que minha atitude seria mais parecida com a de Lucas.
18. **Guilherme e Thiago são jovens que possuem o mesmo salário. Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$ 30.000. Quem pagou mais pelo bem?**
- Guilherme, que comprou o carro hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses.
  - Thiago, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprar o carro à vista.
19. **Se tivesse que tomar a mesma decisão, qual a melhor alternativa na sua visão?**
- Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses, como fez Guilherme.
  - Poupar por 15 meses para comprá-lo à vista, sem dívida, como fez Thiago.
  - Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações.
20. **André ganha R\$ 1.500 por mês. Paga R\$ 450,00 de aluguel e mais R\$ 300,00 de alimentação todo mês. Gasta ainda R\$ 150,00 em transportes, R\$ 75,00 em remédios e mais R\$ 150,00 em pequenas despesas extras. Pretende comprar uma TV que custa R\$ 1.200,00. Quanto tempo levará guardando recursos para comprar a TV?**
- 2 meses
  - 4 meses
  - 6 meses
  - 8 meses
21. **Qual dos investimentos abaixo você julga que melhor protegeriam uma família em caso de desemprego?**

- Depósito em conta-corrente.
- Uma aplicação financeira, como por exemplo um fundo de investimentos.
- Aplicação em bens como carro ou imóvel.

Muito Obrigada!